

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Pensar e Fazer

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
PENSAR E FAZER**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
248 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação
Brasileira; v. 10)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-84-4
DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Escolas – Organização e administração. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Francinalda Maria da Silva e Luiz Arthur Pereira Saraiva..... 6

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Celyane Souza dos Santos, Erivânia da Silva Marinho, Maria Nazaré dos Santos Galdino, Suenia Aparecida da Silva Santos e Maria de Fátima Leite Gomes 19

CAPÍTULO III

A VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cybelle Leão Ferreira, Gyselle Leão Ferreira e Viviana Maria dos Santos..... 33

CAPÍTULO IV

AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES RUMO A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Josemar Farias da Silva, Selma Suely Baçal de Oliveira e Laudicea Farias da Silva 41

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire 59

CAPÍTULO VI

CONSELHO TUTELAR: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Andressa Garcias Pinheiro, Tyciana Vasconcelos Batalha e Carlos André Sousa Dublante..... 72

CAPÍTULO VII

DEFICIÊNCIA E PRIVAÇÃO CULTURAL: EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

Silvia Roberta da Mota Rocha e Laís Venâncio de Melo..... 84

CAPÍTULO VIII

ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

Dayvison Bandeira de Moura e Maria Aparecida Monteiro da Silva..... 97

CAPÍTULO IX

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VERSUS ORÇAMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva 111

CAPÍTULO X

HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: DE 1824 À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Ítalo Martins de Oliveira 124

CAPÍTULO XI

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA EVASÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Eder Aparecido de Carvalho, Alexandre da Silva de Paula e Ivair Fernandes Amorim 136

CAPÍTULO XII

OS ROTEIROS DE ATIVIDADES DE MATEMÁTICA PROPOSTOS PELO CECIERJ PARA TURMAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE

Jonas da Conceição Ricardo, Raquel Costa da Silva Nascimento, Herivelton Nunes Paiva e Reginaldo Vandrê Menezes da Mota 160

CAPÍTULO XIII

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

Vilma Terezinha de Araújo Lima, Edilza Laray de Jesus, Gilson Nazareno da Conceição Dias e Suzianne Lima de Moraes 173

CAPÍTULO XIV

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Neide Borges Pedrosa, Rogéria Moreira Rezende Isobe e Fernanda Borges de Andrade 186

CAPÍTULO XV

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

Denise Rangel Miranda, Joselaine Cordeiro Pereira e Elita Betânia de Andrade Martins 196

CAPÍTULO XVI

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

Joel Severino da Silva 203

CAPÍTULO XVII

UM QUINTETO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E FRACASSO ESCOLAR

Vicente de Paulo Morais Junior 215

CAPÍTULO XVIII

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

Angely Dias da Cunha, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Jéfitha Kaliny dos Santos 225

Sobre os autores.....241

CAPÍTULO XIII

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

**Vilma Terezinha de Araújo Lima
Edilza Laray de Jesus
Gilson Nazareno da Conceição Dias
Suzianne Lima de Moraes**

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

Vilma Terezinha de Araújo Lima

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Manaus- Amazonas

Edilza Laray de Jesus

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Gilson Nazareno da Conceição Dias

Prof. Secretaria de Estado e Educação do Amazonas (Seduc)

Manaus- Amazonas

Suzianne Lima de Moraes

Graduação em Geografia - Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Manaus- Amazonas

RESUMO: A pesquisa tem o objetivo de compreender uma das iniciativas de políticas educacionais que visam melhorias do Ideb em Manaus. Tem como objeto de estudo um convênio entre o governo do Estado do Amazonas e a Universidade Federal de Juiz de Fora - MG por meio do Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Educação (CAEd) e o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam). A metodologia utilizada foi um estudo qualitativo exploratório-descritivo. No estado do Amazonas o sistema de avaliação já vem ocorrendo desde 2008, no entanto, há carência de discussão na academia e mais ainda em publicações para serem utilizadas nos cursos de formação de professores. O texto traz contribuições de professores que participaram dos cursos de formação CAEd.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação externa; Sadeam; Manaus.

1. INTRODUÇÃO

A onda de reforma educacional varreu o mundo inteiro, criando uma espécie de consenso global a favor da ideia da aferição constante da aprendizagem como sinônimo de uma gestão educacional voltada para a melhoria da qualidade e da equidade. Tais reformas surgiram em vários países. Cuba deu início ao processo na década de 1970, Inglaterra e Estados Unidos no início dos anos 1980, Espanha e Portugal, 1986; no Chile em 1988; França, 1989; México, 1992; Argentina, 1993; Brasil 1978-98. A consolidação e acordo entre países na busca da qualidade ocorreu a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. (ALVES, 2015).

Desde então o Banco Mundial passa a cobrar, dos países que buscam empréstimos financeiros, maiores resultados nas avaliações educacionais como condição, por um lado, para a política de modernização dos sistemas educacionais e, por outro, um certo nivelamento desses países demandantes, entendendo que a educação de qualidade impulsionaria o desenvolvimento econômico nos países.

O ingrediente que o Banco agregou, já corrente nos países mais industrializados, foi o argumento de que o processo de globalização econômica estava alterando as bases da competição entre os países e que os sistemas educacionais precisavam se adaptar ao novo cenário internacional mediante uma preocupação cada vez maior com seus indicadores de qualidade. (BROOKE, 2012 apud ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 19).

As reformas educativas objetivam unir a educação à economia, isso porque no novo paradigma de produção, as novas tecnologias requerem trabalhadores mais qualificados. Segundo Libâneo, a ordem era sintonizar os sistemas educacionais ao modelo neoliberal. Assim, a avaliação educacional, pode servir, por um lado, para controle e regulação por parte do Estado e, por outro, como mecanismo de introdução lógica do mercado, visando a maior competição e desempenho, além de reforçar valores como individualismo, meritocracia e competência (CATANI, OLIVEIRA & DOURADO 2002, apud LIBÂNEO, 2012, p.263).

No Brasil foram implementados programas e políticas norteando o projeto educativo do país, bem como legislações específicas para tais finalidades. Destacam-se entre outros os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, o Programa Nacional do Livro Didático, o Exame Nacional do Ensino Médio, as Diretrizes Nacionais de Formação de Professores da Escola Básica, a Resolução CNE/2002 e a Lei n. 11.274 de 2006, de ampliação do ensino fundamental para nove anos, e, por último, a Lei Nº 13.005 de 25 junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 9º destaca “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”. Essa opção política do Estado brasileiro tem o objetivo de buscar o acesso universal à escolarização básica e adequar as instituições aos objetivos de competitividade, eficiência e produtividade, tendo como um dos seus elementos a flexibilização do processo de avaliação do ensino-aprendizagem, com o intuito de garantir maior permanência de crianças e jovens na escola (CAVALCANTI, 2012, p. 14).

As escolas e alunos passaram a ser avaliados através de programas que se articulam do local (a escola) ao global. No plano internacional destaca-se o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA); no nacional / estadual / municipal o Ideb; e no Amazonas, uma avaliação específica, por meio do Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam). Assim, Almeida e Freitas (2013) comentam:

O Ideb foi operacionalizado em 2007 como um indicador de qualidade educacional a ser utilizado tanto para orientar no planejamento de políticas públicas educacionais nos diferentes entes federativos (município, estado e Federação) e no financiamento da educação, quanto para servir como informativo à população em geral (ALMEIDA, DALBEN & FREITAS, 2013, p. 1155).

Os rumos que as práticas avaliativas vêm tomando no âmbito do sistema de ensino brasileiro, ao contrário da posição formulada anteriormente, encaminham-se para a subordinação do trabalho dos professores e, portanto, da avaliação que fazem, aos critérios da avaliação do sistema.

Nesse caso, não são os objetivos de ensino que irão determinar as formas de avaliação, mas é a avaliação que acabará por determinar os objetivos, ou seja, dependendo das finalidades postas pelos governos em relação à avaliação do sistema de ensino, ter-se-á uma escola funcional a serviço dos interesses de agências externas à escola. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 199).

Ao visitar as escolas é comum os professores relatarem que, em função da avaliação, os tempos de aula das disciplinas são reduzidos pois os alunos precisam treinar para a prova. Nesse sentido Afonso concorda com Rosales ao observar que “o professor, de algum modo, deixa de ser dono dos seus próprios actos, perde autonomia profissional e converte-se num instrumento de objetivos e de normas impostas de fora para dentro” (ROSALES, 1992, apud AFONSO, 2009, p. 82).

Dessa maneira os conteúdos geográficos devem ser reduzidos devido o cronograma escolar destinado para atividades direcionadas para elevação dos dados quantitativos do índice da educação. Para Freitas, os objetivos e a extensão das disciplinas nas escolas estão relacionados à avaliação quantitativa. Sob tal perspectiva o autor questiona:

Hoje é fato visível nas escolas que a avaliação externa orienta e determina os objetivos e a extensão das disciplinas (em especial português e matemática, mas não menos as demais disciplinas pois que interfere nos tempos que a escola permite dedicar a estas) (FREITAS, 2014, p.1094).

A reforma educacional em curso no país coloca em evidência um processo simultâneo de regulação e flexibilização do trabalho docente em contraposição à perspectiva de valorização do professor que busca criar condições para autonomia pedagógica onde o professor deve estimular a reflexão e interpretação da realidade e valorização da capacidade de decisão. Os professores que não exercem a autonomia, a capacidade crítica reflexiva, não pode ensiná-las aos seus alunos, pois ninguém ensina o que não sabe. (CACETE, 2013, p. 56).

Quanto aos dados da avaliação, esses são divulgados pelos meios de comunicação, geralmente números classificando a melhor e a pior escola. Esses números são utilizados pelas políticas públicas e interferem diretamente no dia a dia da escola, no entanto pouco se discute esses dados, apenas em algumas escolas são colocados em um cartaz próximo à entrada.

[...] os resultados dessas avaliações têm sido apropriados pelas políticas públicas e divulgados pela mídia de tal forma que se chega a acreditar que seus efeitos são inquestionáveis e que, ao interferirem no cotidiano escolar e na vida das pessoas, o fazem de forma sempre benéfica,

desconsiderando-se os diferentes tipos de erro e os variados efeitos colaterais destas políticas (FREITAS, 2014, p.1154).

Seguindo as orientações que seguem o curso desde o Banco Mundial até o Ministério da Educação e as Secretarias municipais e estaduais de educação, no estado do Amazonas foi criado o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam), administrado pelo Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Educação CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora que oferece curso de aperfeiçoamento aos professores da rede de ensino estadual e um mestrado profissional em Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Os recursos vêm do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (Padeam) onde o Governo do Estado, via Seduc, capta recursos internacionais objetivando a ampliação e melhoria do sistema público de educação do Estado.

2. METODOLOGIA

O texto traz uma reflexão sobre o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam) e do Curso de aperfeiçoamento CAEd/UFJF. Constatou-se a escassez de dados de pesquisa sobre a temática no estado do Amazonas, apesar do investimento em cursos de formação na área. Assim, baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental além de entrevistas com professores da rede de ensino estadual que participaram do Curso de aperfeiçoamento CAEd. Tratando-se de uma abordagem qualitativa exploratória-descritiva.

3. O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO AMAZONAS (SADEAM).

O Sadeam foi criado em 2008, buscando aferir o desempenho educacional dos alunos da rede pública estadual de ensino. Em 2011, seguindo modelo adotado em outros estados brasileiros como: AC –SEAPE, AL- AREAL, AM-SADEAM, BA-SABE, CE-SPAECE, ES-PAEBES, GO-SAEGO, MG-SIMAVE, MS- SAEMS, PA –SISPAE, PB-AVALIANDO IDEPB, PE-SAEPE, PE-TRAVESSIA, PI-SAEPI, PR –SAEP, RJ-SAERJ, RS-SAERS, RO –SAERO (Figura 1), consolidou parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

[...] cada família transmite aos seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 2014, p.46).

Se atentarmos para o aspecto socioeconômico e o capital cultural, sinalizados respectivamente por Freitas (2014) e Bourdieu (2014) pode-se inferir que as avaliações da educação em Manaus, ao primar por dados quantitativos, subestima a qualidade do processo. Vejamos os dados da realidade em estudo.

O Sistema educacional amazonense, em 2014, era composto por 5.524 escolas, com 1.191.882 matrículas, 41.990 docentes para 50.88 turmas. Atualmente, são 50.444 professores que compõem a Educação Básica, sendo 24.370 na rede estadual, 20.503 na municipal e 5.571 na rede particular. (AMAZONAS, 2015, p.14).

Os dados do Sadeam podem ser acessados na página da internet vinculada a UFJF <http://www.sadeam.caedufjf.net/>, lá estão disponíveis tabelas, gráficos e apostilas para os que estão diretamente ligados ao processo de avaliação externa. Acerca desses dados Gouveia observa que, ao leitor, passa a ideia de que o Sistema é capaz de “produzir informações precisas sobre o desempenho escolar, as avaliações possibilitam, por parte dos atores educacionais, a execução de ações e estratégias voltadas a redução das desigualdades e ampliação das oportunidades educacionais” (GOUVEIA, 2014).

Na matriz de referência de Ciências Humanas são objeto de avaliação as habilidades que se referem a conceitos de memória e identidades; representações cartográficas e iconográficas que permitem identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder; e análise dos diferentes discursos que influenciam ações das políticas públicas, traduzindo os interesses e enfrentamentos dos diferentes grupos sociais. (GOUVEIA, 2014).

No Diário Oficial do Estado do Amazonas de 14/12/2015, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, empresta ao Amazonas 115.285,041,41 (cento e quinze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil quarenta e um reais e quarenta e um centavos) para serviços de consultoria para o Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - Padeam. Tal empréstimo tem como fim o Projeto de Expansão e aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora/CAEd em um contrato com duração de 5 anos. Para tal finalidade a agência executora foi a Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino – Seduc - Am.

4. CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

O curso de aperfeiçoamento para profissionais da educação pública do Amazonas foi ofertado por meio de um convênio entre a Seduc - AM e Universidade Federal de Juiz de Fora, na modalidade a distância contendo 4 módulos: Módulo 1. Avaliação educacional; Módulo 2. Currículo e Políticas curriculares; Módulo 3. Políticas Educacionais e Legislação e Módulo IV Gestão Escolar.

As turmas variavam entre trinta e cinquenta alunos, professores ingressos do concurso de 2011 de todas as disciplinas. Participaram concursados da capital e do interior do Amazonas com cargas horárias de 20 e 40 horas. O sistema dispunha de um tutor(a) que semanalmente publicava na plataforma virtual questionamentos referentes aos módulos estudados.

Os “fóruns” eram espaços de interação para o aluno conversar com outros cursistas em seus perfis pessoais ou ainda com o tutor virtual. No fim de cada quinzena o tutor virtual informava o encerramento do debate e individualmente cada aluno recebia um retorno de seu desempenho, normalmente as palavras mais usadas eram “parabéns”, e “com sucesso foi finalizado”. Aos alunos que não participavam dos fóruns, eram encaminhadas mensagens da tutoria solicitando maior interação nos debates.

As aulas eram presenciais seguidas por avaliações. Essas aulas eram divididas por coordenadorias distritais (capital) ou por unidades regionais de ensino (interior); os professores eram reunidos em escolas que possuíam auditório, geralmente centros de educação integral (CETI) com equipamentos para a transmissão via internet com professores na UFJF.

Cada professor participava de acordo com sua carga horária, independente se o profissional tivesse outro vínculo empregatício (exemplo Seduc/Semed). As aulas consistiam em comentários sobre os textos referentes aos módulos. Era possível enviar perguntas escritas por meio de e-mail e um técnico de cada coordenadoria ficava responsável em enviá-las para o professor na UFJF.

As escolas não paralisavam suas atividades, em sua maioria funcionavam em sistema de tempo reduzido (nas escolas de ensino regular o tempo de cinquenta minutos era reduzido em tempos de trinta e nas escolas de tempo integral o período da tarde era reduzido). Os professores que não participavam dos módulos iam normalmente para a escola e assim cumpriam sua agenda. Nos livros de ponto era escrito “formação CAEd” e a frequência dos professores era enviada para as escolas pelo e-mail expresso e para professores faltosos ou que não assinavam as listas era atribuída a “falta” para ser inserida nos livros de ponto.

Nesse período foi disponibilizada uma ajuda de custo aos professores participantes do curso que variava de R\$ 60,00 (Sessenta Reais) até R\$ 100,00 (Cem Reais), para professores com carga horária de trabalho de vinte e de quarenta horas, respectivamente. Esses valores eram disponibilizados por meio de cadastro previamente realizado no site do CAEd informando a conta bancária. Em alguns casos servidores ficaram sem receber esse benefício por falta de informação de suas

escolas ou desconhecimento, pois o próprio site disponibilizava um link de cadastro para conta bancária ou ordem de pagamento.

A não participação de um número considerável de professores e a dependência na maioria dos módulos fez com que a Seduc, por meio de Diário Oficial do Amazonas, em março de 2015, publicasse os resultados do estágio probatório. A publicação com o seguinte texto “aprovado na 1ª fase com pendência em CAEd” “aprovado na 2ª fase com pendência em CAEd” e “aprovado na 3ª fase com pendência em CAEd” e dezoito publicações de “não apto ao serviço público”.

Esta publicação gerou um desconforto entre os servidores e o surgimento de boatos sobre uma possível “exoneração”, fez com que um grupo de professores entrassem na justiça alegando a ilegalidade do processo. Uma das medidas tomadas pelo CAEd, foi a criação de outras turmas, absorvendo assim os alunos que tinham pendência. Para esses, no portal de acesso, links com atividades substitutivas eram disponibilizados (recuperações), questionários e os fóruns eram abertos novamente como possíveis formas de reabilitá-los ao curso. Cartas circulares foram entregues a todos os cursistas e eram chamados para dar ciência da necessidade de voltar a plataforma virtual. Dentre as possibilidades as apostilas, antes disponibilizadas para download, eram entregues aos professores impressas e em CD ROM.

Como iniciativa dos próprios alunos, em algumas escolas grupos de estudos foram criados; nas redes sociais, fóruns de caráter mais informal surgiram. Os mesmos cadernos eram estudados pelos professores em formação, independentemente de sua área de formação e de trabalho, seja das humanas, biológicas ou exatas. Como atitude solidária os cursistas de módulos mais avançados ajudavam colegas em estágio de formação anterior. Foi possível identificar em alguns casos a interação entre os professores que alguns chamavam de “cooperação CAEd” ou “força tarefa do CAEd” esses encontros aconteciam geralmente nos intervalos ou nas HTP (Hora de Trabalho Pedagógico) dos professores.

Em 2015, avaliações presenciais foram realizadas para todos os módulos, aos alunos que estavam com pendência, desta feita alocados em escolas sedes da Seduc, necessitando, em alguns casos, realizar provas em dois dias, cada uma referente as atividades que anteriormente tivera perdido. Em algumas escolas as aulas foram suspensas (principalmente as que eram sede de avaliação) e em outras funcionam em sistema de tempos corridos.

O que se pode destacar no processo de avaliação e formação do CAEd como válido foi a proposta de interação entre os profissionais da educação pública das mais diferentes realidades na cidade e no interior por meio do uso das tecnologias hoje disponíveis.

No período de 2011 e 2014, notebooks, tabletes, mini modems 3Gs, foram doados aos professores e rede wi-fi com terminais foram instalados nas escolas, todas as ferramentas possíveis foram disponibilizadas também nesse período houve a padronização do sistema do diário digital que aboliu o diário físico.

Vários anos os professores passaram sem momentos de formação continuada, iniciativas isoladas eram desenvolvidas por secretarias municipais e pela Seduc, a exemplo de seminários, encontros e formações continuadas, era

necessário criar um espaço para troca de experiências, para ouvir os profissionais das mais diversas realidades. Infelizmente poucos são os momentos de encontro dos professores para conversar e trocar experiências. O CAEd era esse espaço, entretanto a forma como o programa foi apresentando aos professores e como foi conduzido não gerou resultados positivos. A resistência de alguns professores e descaso no processo são resultado da não socialização dos processos formativos, isso gerou no meio dos professores conflito e pouco aproveitamento. Como o relato:

Os assuntos não eram irrelevantes, mas a maior parte deles não fazia parte do nosso cotidiano, pois as avaliações externas só entravam em nossa rotina como professor durante a aplicação. Não havia programas pedagógicos que visassem o melhor desempenho dos alunos nessas provas. Aliás, na minha escola nem havia pedagogo, só para constar (professora, Seduc, 2011).

Para a maioria dos professores do concurso de 2011 o CAEd, como forma de avaliar o estágio probatório, foi imposto de forma inadequada pois não constava no edital. Assim, protestos nas redes sociais, ações jurídicas do sindicato dos professores tentaram impedir a sua validade.

[...] a maneira como ele foi aplicado aos professores mostrou-se altamente coercitiva e impositiva, deixando de lado seu valor pedagógico e formador para dar lugar a um critério de punição àqueles que não o fizessem, já que nos era afirmado que seríamos automaticamente exonerados se nos negássemos a fazê-lo. (Professora, Seduc, 2016).

No mesmo período a Seduc/Semed/UEA em convênio ofereceram um curso de Especialização em Metodologia do Ensino direcionado para a área de cada professor. O Curso em Metodologia do Ensino de Geografia ministrado por professores da Uea/UFAM foi oferecido aos sábados no período matutino e vespertino.

A quantidade de alunos escritos foi de 227, entretanto apenas 164 foram selecionados e 159 matriculados, no final apenas 89 conseguiram concluir o curso. As disciplinas ministradas eram: Teorias da Aprendizagem no Ensino de Geografia; Pesquisa na Formação Docente; Elementos de Geografia Física na Educação; Elementos de Geografia Física na Educação Básica; Elementos de Geografia Humana na Educação Básica entre outras que estava, todas direcionadas para o ensino de Geografia. (MORAES, 2017, p, 56).

Alguns professores não concluíram a especialização pois além da carga horária como professor do ensino básico alguns encontravam-se em estágio probatório e faziam o Curso ministrado pelo Caed. Da especialização artigos foram selecionados para compor dois livros que ainda estão no prelo.

Em 2013 e 2017 a Seduc realizou convênio com o CAEd/UFJF em um Curso de mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Gestão Pública, dissertações foram defendidas a partir de 2015.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o CAEd/UFJF seja um centro de referência nacional na execução de programas de avaliação educacional, discutimos aqui a sua importância no aperfeiçoamento de professores no estado do Amazonas. A experiência de um curso para avaliar o professor no estágio probatório não parece ter tido êxito, foi o que mostrou as entrevistas depoimentos e o número de professores reprovados nos módulos registrados no diário oficial do Estado.

Assim, a avaliação externa, apesar de oferecer informações relevantes sobre a educação, não pode ser a principal forma de conhecer a realidade das escolas de Manaus, pois os números não refletem a realidade vivida por meios estudantes da educação básica. Os números não revelam os problemas enfrentados na escola como a presença de drogas, falta de pessoal qualificado (pois é comum encontrar professores ministrando a disciplina de geografia sem ter a formação), falta de pedagogo, a infraestrutura precária por manutenção e a falta de biblioteca, entre outros. Fica a pergunta: a quem servem os dados do sistema de avaliação?

Enquanto milhões são gastos com materiais e cursos que os professores não valorizam porque não são informados o seu verdadeiro significado, a educação continua passando por problemas, pois a maioria dos professores da rede pública de ensino não é incentivada a debater, a escrever suas experiências, conhecer novas realidades. Seria primordial o cumprimento das Leis que regem o sistema escolar no Plano Estadual de Educação do Amazonas, por exemplo, com número máximo de até 35 alunos por sala de aula no Ensino Médio, em cumprimento a Lei 257 de 30 de abril de 2015, na vigência do Plano Estadual de Educação/AM;

Como podemos contribuir com a melhoria da educação sem resolver problemas reais? Como relatado, o curso a distância do CAEd serviu não para cumprir os seus objetivos mais sim para aproximar os professores nas redes sociais. Carece, portanto, de uma discussão crítica e reflexiva sobre o porquê do Curso e qual a sua importância na formação do professor. É mister aproximar os professores-mestres da Universidade para conhecermos mais suas experiências, suas angústias acumuladas ano após ano e ainda, por meio de projetos em parceria, dar visibilidade ao saber docente. Concordamos com Tardif (2014) ao asseverar que os professores, no exercício de suas funções e na prática de profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes brotam da experiência e são por elas validados. Se o professor não for incentivado a escrever suas experiências no futuro ninguém as conhecerá.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson & FREITAS, Luiz Carlos de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. *Educ. Soc.* [online]. 2013, vol.34, n.125, pp.1153-1174. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000400008>.

ALVES, Maria Tereza Gonzaga; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita. **A Avaliação da Educação Básica: a experiência brasileira,** Belo Horizonte, MG, Fino Traço, 2015)

AMAZONAS, **Plano Estadual de Educação do Amazonas.** Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), Manaus, 2015.

BOURDIEU Pierre, **Escritos de educação.** Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores). 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014. – (Ciências Sociais da Educação).

BOURDIEU Pierre, **Escritos de educação.** Maria Alice e Afrânio Catani (organizadores). 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014. – (Ciências Sociais da Educação).

CACETE, Núria Hanglei. Reforma educacional em questão: os parâmetros curriculares Nacionais para o ensino de Geografia e a formação de professores para a escola básica. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de; FERREIRA, Joseane Abílio de Souza. **Formação, pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão.** João Pessoa: Mídia, 2013. Cap. 2. p. 47-58.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola.** Campinas: Papyrus, 2012. 208 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola.** *Educ. Soc.* [online]. 2014, vol.35, n.129, pp. 1085-1114. ISSN 0101-7330.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola.** *Educ. Soc.* [online]. 2014, vol.35, n.129, pp. 1085-1114. ISSN 0101-7330.

GOLVEIA, C. A. D' ASSUMPÇÃO et al. O Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – Sadeam. In: **Processo de formação de profissionais da educação pública.** Guia de estudos. Vol. 1. CAEd/AMAZONAS, 2014.

LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**. Cortez: São Paulo, 2012, 10 ed. 543 p.

MORAES, Suzianne Lima. **O ideb e seus reflexos no ensino de geografia em Manaus – Am**. Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Geografia. Amazonas – Manaus, 2017.

SILVA, R. A. da; SOARES, A. P.A. Estudo comparativo do resultado do Sadeam entre duas escolas públicas de ensino médio no município de Manaus. **TCC do Curso de Metodologia do Ensino de Geografia**. Universidade do Estado do Amazonas, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2014.

ABSTRACT: The research aims to understand one of the initiatives of educational policies that aim at improvements of Ideb in Manaus. It has as object of study an agreement between the government of the State of Amazonas and the Federal University of Juiz de Fora - MG through the Improvement Course for Professionals of Education (CAEd) and the System of Evaluation of Educational Performance of Amazonas (Sadeam). The methodology used was an exploratory-descriptive qualitative study. In the state of Amazonas the evaluation system has been taking place since 2008, however, there is a lack of discussion in the academy and even more in publications to be used in teacher training courses. The text brings contributions from teachers who participated in the CAEd training courses.

KEYWORDS: External evaluation; Sadeam; Manaus

Sobre os autores:

Alexandre da Silva de Paula Psicólogo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga e Professor do Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Bacharel/Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP). Pesquisador do Observatório de Violência e Práticas Exemplares/OVIPE/USP/CNPq. E-mail: aledpaula@outlook.com

Andressa Garcias Pinheiro Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID. Bolsista do Projeto de Pesquisa Conexões Atlânticas: memórias e processos identitários na literatura infanto-juvenil de Cuba e do Brasil (preâmbulo e começo do Novo Milênio) pelo PIBIC/ FAPEMA. E-mail para contato: dessaduartepinheiro@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida Professora da Universidade Federal da Paraíba – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Mestrado em Serviço pela Universidade Federal da Paraíba; – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS) da UFPB – Professora Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Carlos André Sousa Dublante Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail para contato: cdublante@terra.com.br

Celyane Souza dos Santos Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: celyanesouza1@hotmail.com

Cybelle Leão Ferreira Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduação em andamento em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização *latu sensu* em andamento em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta (ESAB).

Dayvison Bandeira de Moura Professor nas universidades Americana, Columbia e IBERO Americana, Asunción – PY. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Estrito-Sensu Universidade Columbia – Asunción - PY; Graduação em Letras Vernáculo pela Universidade Federal de Pernambuco - FAFIRE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Grupo de pesquisa: Linha de Currículo no que diz respeito à Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Linguística Sistemática Funcional, Leitura e Afrocentricidade. E-mail para contato: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão e Financiamento da Educação (GREFIN), da UFPB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é servidora pública federal, atuando como Assistente em Administração na UFPB, lotada na Pró-Reitoria de Administração

Denise Rangel Miranda Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAED/FACEDUFRJF); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais);

Eder Aparecido de Carvalho Professor EBTT na Área de Sociologia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Brusque. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Dottori (FACDOTT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciências e Desenvolvimento Social/CDS/IFC/CNPq. E-mail: carvalhoeder@hotmail.com

Edilza Laray de Jesus Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)/ Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado

em Educação Ambiental (FURG, RS). Doutorado em Educação (UFRGS, RS). Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: ejesus@uea.edu.br

Elita Betânia de Andrade Martins Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: Coordenadora do grupo de pesquisa GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação: Pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG;

Erivânia da Silva Marinho Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: erivaniamarinho@hotmail.com.

Fernanda Borges de Andrade Graduação em pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, MG, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba na linha de Pesquisa de Formação e Prática Docentes. Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Educação - FACED, na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Grupo de Estudos e Pesquisas do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência do Pibid/UFTM - Projeto de extensão em interface com a pesquisa. E-mail para contato: feborgesaz@yahoo.com.br

Francinalda Maria da Silva Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades. Guarabira, Paraíba. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores; E-mail para contato: francinaldageografia@gmail.com

Gilson Nazareno da Conceição Dias Professor efetivo da Secretaria de estado de Educação do Amazonas; Graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE; Especialização em METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. E-mail para contato: gilsondias87@gmail.com

Gyselle Leão Ferreira Assistente Administrativo em Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Graduação em andamento em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Herivelton Nunes Paiva Graduado em Estatística pela Universidade Salgado de Oliveira (1990), graduação em Matemática pela Universidade Salgado de Oliveira (2001) e mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (2006). Atualmente é professor do Colégio Estadual Pandiá Calógeras, professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do Programa de Pós-graduação Lato sensu da UNIVERSO/SG, pesquisador- bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Cient. Tec. em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz e professor orientador da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, matemática, educação matemática, marketing e estatística. Consultor em Estatística e Educação.

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima Mestranda Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa no Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPA-COPS) da UFPB – Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ítalo Martins de Oliveira Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB, Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UFPB-2006) e em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor (UFRN-2011), bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2004). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior (GAES), da UFPB. Atualmente é servidor público federal, atuando como Contador na UFPB, lotado na Pró-Reitoria de Administração.

Ivair Fernandes Amorim Professor EBTT na Área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). E-mail: ivairfernandesamorim@gmail.com

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

Joel Severino da Silva Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: É Membro do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (UFPE) cadastrado no CNPq. Bolsista do PIBIC/UFPE/CNPq em: 2014-2015, 2016-2017 na área de religião e diversidade religiosa, com ênfase nas discussões envolvendo as religiões de matriz africana; 2017-2018 na área de gênero e sexualidade. E-mail para contato: joelsilva.educar@gmail.com

Jonas da Conceição Ricardo Professor da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ; Mestre em Educação Matemática e Licenciado em Matemática. Possui curso de extensão em Gestão de Sala de Aula pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui experiência na modalidade em Ensino à Distância e também na elaboração de material didático, tanto pela Secretaria Estadual de Educação/RJ quanto pelas instituições: Universidade Estácio de Sá e da Universidade Universo. Atualmente também atua com pesquisa na Universidade Estácio de Sá, sendo bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá

Joselaine Cordeiro Pereira Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); joselainecp@hotmail.com

Josemar Farias da Silva Licenciado em Ciências pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Laís Venâncio de Melo Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Ensino Fundamental no município de Campina Grande, PB. E-mail: laisvenanciomelo@gmail.com

Laudicea Farias da Silva Licenciada em Ciências pela Universidade de Pernambuco – UPE. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Universidade. Atualmente atua na Gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco.

Luiz Arthur Pereira Saraiva Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Vice-Líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). Professor Orientador de Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: saraivaluizarthur@yahoo.com.br

Maria Aparecida Monteiro da Silva Doutorado em Educação - Universidad de Santiago de Compostela em 1998 e Doutorado em Educação pela Universidad Politécnica y Artística do Paraguay em 2005. Atualmente é professor titular do Centro

de Ensino Superior - CESUMAR - Maringá - PR. Membro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico do Paraná. Na Universidade Paranaense - UNIPAR atuou como Diretoria de Centro, Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Curso, Membro do Conselho Superior de Administração - CONSAD, e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, Membro do Grupo Especial de Trabalho Setor de Atuação para Elaboração do Projeto de Reconhecimento das Faculdades Integradas da APEC como Universidade, Membro do Conselho Técnico Científico, Coordenadora Geral dos Vestibulares, Membro da Comissão de Acompanhamento do Crédito Educativo, Membro da Comissão Organizadora do XIX Ciclo de Estudos Jurídicos do Curso de Direito e Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar ? Perspectivas contemporâneas nas relações humanas e sociais, Membro da Comissão Organizadora da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Membro da Banca na Apresentação dos Trabalhos da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Consultor ad hoc del Mostra de Extensão Universitária, Coordenadora e Consultora ad hoc de Mostra Científica do Curso de Direito, Membro da Banca Examinadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Curso de Direito. Participou no Grupo de Estudo: Investigação e reflexão sobre as questões da Educação no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

Maria de Fátima Leite Gomes Prof.^a. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS e coordenadora do Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

Maria Nazaré dos Santos Galdino Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: zaremorena12@gmail.com.

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda Educação e Contemporaneidade, Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Grupo de pesquisa: Educação, Universidade e Região (EduReg) - Uneb e Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho (InterGesto) – Uneb. E-mail para contato: martarmiranda@gmail.com; mmiranda@uneb.br

Neide Borges Pedrosa Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educação Antonio A. Reis Neves, Barretos SP. Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Pesquisa EDUCA. Linha de Pesquisa: Educação e Novas Tecnologias. E-mail para contato: neibpedrosa@gmail.com

Raquel Costa da Silva Nascimento Licenciada em Matemática pela UERJ em 2002. Especialista em Ensino de Matemática pela Uff em 2004 e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo CEFET em 2011. Durante os anos de 2011 a 2013, atuei como Assistente Técnico responsável pela área de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, onde exerci diversas funções, dentre elas: gerenciar projetos relacionados a matemática, produzir materiais de apoio pedagógico, acompanhar ações relacionadas a área tais como Saerjinho, Reforço Escolar e projetos de parceria privada e realizar formações de professores. Ressalto que todos os materiais produzidos durante estes 3 anos ainda se encontram disponíveis no site da SEEDUC - <http://conexaoprofessor.rj.gov.br/>, Professora da Prefeitura de Macaé, da SEEDUC/RJ e Professora da Universidade Universo.

Reginaldo Vandrê Menezes da Mota Licenciado em Matemática (UFF), Pós graduação UNIRAM , Mestrando (ProfMat-UNIRIO), professor com dedicação exclusiva do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi autor do currículo mínimo de matemática do Estado do Rio de Janeiro e das Atividades Autorreguladas.

Rogéria Moreira Rezende Isobe Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Doutorado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPOE. E-mail para contato: rogeriaisobe@gmail.com

Selma Suely Baçal de Oliveira Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e atualmente Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação na mesma Universidade.

Silvia Roberta da Mota Rocha Professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviarobertadamotarocho@gmail.com

Suênia Aparecida da Silva Santos Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço

Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: sueniaaparecida@hotmail.com.

Suzianne Lima de Moraes Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail para contato: suzianne.moraes@hotmail.com

Tyciana Vasconcelos Batalha Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID e Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino da Leitura e da Escrita como Processos Dialógicos – GLEPDIAL. Bolsista do Projeto de Extensão pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão – FSADU. E-mail para contato: alftyaci@gmail.com

Vicente de Paulo Moraes Junior Diretor de Escola da rede pública do estado de São Paulo; Professor da Faculdade Bilac (São José dos Campos/SP); Graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP); Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/SP); Doutorando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Contato: vicentemjunior@hotmail.com

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco, Brasil; Graduação em Geografia pela Universidade Pernambuco - UPE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, Portugal/Diploma Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Doutorado: Cursando Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal; Grupo de pesquisa: Desigualdades sociais e ação pública – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS – NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal. E-mail para contato: vilmapanelas@gmail.com

Vilma Terezinha de Araújo Lima Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) – Instituto de Pesquisas da Amazônia. Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Ceará; Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Ceará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: araujovilma@hotmail.com

Viviana Maria dos Santos Cursando Magistério pela Escola Estadual Marcelino Champagnat. Graduação em andamento em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).